

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siuffi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 497/2024-PGJ, DE 7.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Grazia Strobel da Silva Gaifatto para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 10ª Vara do Juizado Especial Central (2) da comarca de Campo Grande de 19 a 29.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 498/2024-PGJ, DE 7.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Celso Antonio Botelho de Carvalho, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 54ª Zona Eleitoral em 23.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 500/2024-PGJ, DE 7.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fernando Jamusse para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados em 7.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Eduardo FonticIELha De Rose.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 503/2024-PGJ, DE 7.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá a partir de 19.2.2024, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 504/2024-PGJ, DE 7.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá a partir de 19.2.2024, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 375/2024-PGJ, DE 1º.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri 10 (dez) dias de férias regulamentares, referentes aos períodos aquisitivos 2021/2022 e 2023/2024, a serem usufruídos de 14 a 23.10.2024, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72/1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 535/2024-PGJ, DE 8.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6446/2023-PGJ, de 27.11.2023, que estabeleceu a escala de plantão integrado dos Promotores de Justiça de Campo Grande referente ao ano de 2024, de forma que, onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089)
8 (19h01min) a 15.4.2024 (11h59min)	Renzo Siufi
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	Reynaldo Hilst Mattar

- passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089)
8 (19h01min) a 15.4.2024 (11h59min)	Reynaldo Hilst Mattar
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	Renzo Siufi

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 529/2024-PGJ, DE 8.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Luz Marina Borges Maciel Pinheiro 3 (três) dias de folga compensatória de 9 a 11.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 530/2024-PGJ, DE 8.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Luz Marina Borges Maciel Pinheiro 1 (um) dia de folga compensatória em 8.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2022/2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 525/2024-PGJ, DE 8.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Eduardo FonticIELha De Rose 1 (um) dia de folga compensatória em 7.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2020, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 532/2024-PGJ, DE 8.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça William Marra Silva Junior 2 (dois) dias de folga compensatória em 15 e 16.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 534/2024-PGJ, DE 8.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6445/2023-PGJ, de 27.11.2023, que estabeleceu a escala de plantão integrado das Procuradorias de Justiça de 2024, de forma que, onde consta:

PERÍODO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS (CEL: 98478-2062)
22 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	Silasneiton Gonçalves
20 (19h01min) a 27.5.2024 (11h59min)	Rogério Augusto Calabria de Araujo

• passe a constar:

PERÍODO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS (CEL 98478-2062)
22 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	Rogério Augusto Calabria de Araujo
20 (19h01min) a 27.5.2024 (11h59min)	Silasneiton Gonçalves

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 533/2024-PGJ, DE 8.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 346/2024-PGJ, de 29.1.2024, que estabeleceu a escala de plantão integrado de Promotores referente ao mês de fevereiro de 2024, de forma que, onde consta:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
15 (19h01min) a 19.2.2024 (11h59min)	1ª PJ de Coxim	Marcos Martins de Brito	99825-0713
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
5 (19h01min) a 15.2.2024 (11h59min)	PJ de Rio Negro	Jean Carlos Piloneto	99233-4361 99632-7721
15 (19h01min) a 19.2.2024 (11h59min)	PJ de Bandeirantes	Gustavo Henrique Bertocco de Souza	99312-6077
26.2 (19h01min) a 4.3.2024 (11h59min)	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036
REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA			
5 (19h01min) a 15.2.2024 (11h59min)	2ª PJ de Bonito	Alexandre Estuqui Junior	98478-2070
15 (12h00min) a 19.2.2024 (11h59min)	2ª PJ de Jardim	Lia Paim Lima	99825-0142

• passe a constar:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
15 (19h01min) a 19.2.2024 (11h59min)	1ª PJ de Aquidauana	Angelica de Andrade Arruda	99976-5554
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
5 (19h01min) a 15.2.2024 (11h59min)	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	99262-5419
15 (19h01min) a 19.2.2024 (11h59min)	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	99262-5419
26.2 (19h01min) a 4.3.2024 (11h59min)	PJ de Bandeirantes	Gustavo Henrique Bertocco de Souza	99312-6077



REGIÃO 14 – PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA			
5 (19h01min) a 17.2.2024 (11h59min)	2ª PJ de Bonito	Alexandre Estuqui Junior	98478-2070
17 (12h00min) a 19.2.2024 (11h59min)	2ª PJ de Jardim	Lia Paim Lima	99825-0142

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 531/2024-PGJ, DE 8.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6651/2023-PGJ, de 4.12.2023, que indeferiu ao Promotor de Justiça William Marra Silva Junior, 20 (vinte) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, de forma que, onde consta: “no período de 5 a 24.2.2024”, passe a constar: “no período de 19.2 a 9.3.2024”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 526/2024-PGJ, DE 8.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Simone Almada Goes 2 (dois) dias de folga compensatória em 29 e 30.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2020, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 527/2024-PGJ, DE 8.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral 2 (dois) dias de folga compensatória em 15 e 16.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 519/2024-PGJ, DE 8.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara da comarca de Fátima do Sul em 2.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 520/2024-PGJ, DE 8.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Ricardo Rotunno para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara da comarca de Fátima do Sul em 8.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 518/2024-PGJ, DE 8.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Glória de Dourados em 6 e 7.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 517/2024-PGJ, DE 8.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara da comarca de Camapuã em 6.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 508/2024-PGJ, DE 8.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Lia Paim Lima para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara da comarca de Bonito em 5.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 505/2024-PGJ, DE 7.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6677/2023-PGJ, de 4.12.2023, que indeferiu ao Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri 20 (vinte) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, de forma que, onde consta: “no período de 26.2 a 16.3.2024”, passe a constar: “de 19.2 a 1º.3.2024 e 18 a 25.3.2024”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 506/2024-PGJ, DE 7.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri 4 (quatro) dias de folga compensatória em 15 e 16.2.2024 e 9 e 10.10.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022 e 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 507/2024-PGJ, DE 7.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri 4 (quatro) dias de folga compensatória em 4.3.2024 e de 11 a 13.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 513/2024-PGJ, DE 8.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva 1 (um) dia de folga compensatória em 9.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 512/2024-PGJ, DE 8.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Gerson Eduardo de Araújo 1 (um) dia de folga compensatória em 9.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2020, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 511/2024-PGJ, DE 8.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Janaina Scopel Bonatto 2 (dois) dias de folga compensatória em 15 e 16.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 499/2024-PGJ, DE 7.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal (2) da comarca de Dourados de 21 a 28.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Eduardo FonticIELha De Rose.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 590/2024-PGJ, DE 15.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro 1 (um) dia de folga compensatória em 8.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 589/2024-PGJ, DE 15.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro 5 (cinco) dias de folga compensatória de 1º a 5.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2023/2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 553/2024-PGJ, DE 8.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Procurador de Justiça Aroldo José de Lima para, sem prejuízo de suas funções, atuar como gestor no Termo de Cooperação Mútua nº 03.065/2023, decorrente do Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00010599-0.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 586/2024-PGJ, DE 15.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo César Zeni 4 (quatro) dias de folga compensatória de 11 a 14.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2016/2017, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 594/2024-PGJ, DE 15.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos 5 (cinco) dias de folga compensatória de 22 a 26.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 584/2024-PGJ, DE 15.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira 1 (um) dia de folga compensatória em 9.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2020, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 592/2024-PGJ, DE 15.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira 2 (dois) dias de folga compensatória em 12 e 13.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022 e 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 593/2024-PGJ, DE 15.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira 1 (um) dia de folga compensatória em 11.3.2024, por ter coadjuvado as eleições de 2022, nos termos do artigo 98 da Lei Federal nº 9.504, de 30.9.1997.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 580/2024-PGJ, DE 15.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Juliano Albuquerque para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Nova Alvorada do Sul em 15 e 16.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral; e tornar sem efeito a Portaria nº 474/2024-PGJ, de 6.2.2024, que designou o Promotor de Justiça Radamés de Almeida Domingos.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 581/2024-PGJ, DE 15.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Luciano Anechini Lara Leite para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a Promotoria de Justiça de Água Clara a partir de 15.2.2024, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 4200/2023-PGJ, de 1º.8.2023, que designou a Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 582/2024-PGJ, DE 15.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Luciano Anechini Lara Leite, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 23ª Zona Eleitoral no período de 15.2.2024 a 31.10.2025; e revogar, a partir de 15.2.2024, a Portaria nº 136/2024-PGJ, de 12.1.2024, que indicou a Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 583/2024-PGJ, DE 15.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Água Clara a partir de 15.2.2024, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 5314/2023-PGJ, de 2.10.2023, que designou a Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 597/2024-PGJ, DE 15.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara da comarca de Bonito em 31.1.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 598/2024-PGJ, DE 15.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara da comarca de Mundo Novo no dia 19.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 569/2024-PGJ, DE 9.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela 44ª Zona Eleitoral, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Nicolau Bacarji Junior, conforme quadro abaixo:

MEMBRO	DATA
José Arturo Iunes Bobadilla Garcia	26 e 27.2.2024
Luiz Eduardo Lemos de Almeida	28.2 a 8.3.2024

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 570/2024-PGJ, DE 9.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito de 26.2 a 1º.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 571/2024-PGJ, DE 9.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 30ª Zona Eleitoral de 26.2 a 1º.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 572/2024-PGJ, DE 9.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Bela Vista de 26.2 a 1º.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº 576/2024-PGJ, DE 9.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Procuradora de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui e indicá-la para, sem prejuízo de suas atribuições, representar o Ministério Público Estadual na Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Estado de Mato Grosso do Sul, CEJAI/MS, para o biênio 2024/2026, nos termos do artigo 4º, inciso IV, da Resolução nº 119, de 25.3.2015, da Presidência do TJMS; e revogar a Portaria nº 837/2022-PGJ, de 22.2.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 550/2024-PGJ, DE 8.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6447/2023-PGJ, de 27.11.2023, que estabeleceu a escala de plantão integrado dos Promotores de Justiça da comarca de Dourados referente a 2024, de forma que, onde consta:

PERÍODO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2087)
8 (19h01min) a 15.4.2024 (11h59min)	Amilcar Araujo Carneiro Junior
20 (19h01min) a 27.5.2024 (11h59min)	José Antonio Alencar

- passe a constar:

PERÍODO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2087)
8 (19h01min) a 15.4.2024 (11h59min)	José Antonio Alencar
20 (19h01min) a 27.5.2024 (11h59min)	Amilcar Araujo Carneiro Junior

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 537/2024-PGJ, DE 8.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep, de 5 a 9.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Luciana Moreira Schenk.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 538/2024-PGJ, DE 8.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Rosana Suemi Fuzita Irikura para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas de 9 a 18.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 539/2024-PGJ, DE 8.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 51ª Zona Eleitoral de 9 a 18.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 540/2024-PGJ, DE 8.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Mayara Santos de Sousa para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Itaquiraí em 15 e 16.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Janaina Scopel Bonatto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 541/2024-PGJ, DE 8.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª e 2ª Promotorias de Justiça da comarca de Nova Andradina em 15 e 16.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça William Marra Silva Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 542/2024-PGJ, DE 8.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça de Nova Andradina em 15 e 16.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça William Marra Silva Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 543/2024-PGJ, DE 8.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 5ª Zona Eleitoral em 15 e 16.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça William Marra Silva Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 565/2024-PGJ, DE 9.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a partir de 19.2.2024, do cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Valeska Miyahira Ribeiro Martins, nos termos do inciso I do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 566/2024-PGJ, DE 9.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear Paula Cavalcanti Freire Gasparini para exercer o cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, no Departamento de Pagamento de Pessoal, da Secretaria de Gestão de Pessoas, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6.12.2011.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 523/2024-PGJ, DE 8.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor Aparecido Januário Júnior, Assessor Jurídico, para prestar apoio ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais e ao Comitê Estratégico de Proteção de Dados Pessoais, CEPDAP, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 30/2021-PGJ, de 29.7.2021, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 551/2024-PGJ, DE 8.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2024NE000515, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 2) Fiscal Administrativa – Raíssa Bernardino Campos, Técnica I; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I (PGA nº 09.2024.00000811-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 552/2024-PGJ, DE 8.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2024NE000522, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2.1) Suplente – Raíssa Bernardino Campos, Técnica I (PGA nº 09.2024.00000954-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 563/2024-PGJ, DE 9.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2024NE000027, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnica – Gabriela Bernardes Lima, Chefe da Divisão de Manutenção Predial e Conservação do Patrimônio; 3.1) Suplente – Thaís da Silva Rodrigues, Diretora da Secretaria de Obras e Engenharia (PGA nº 09.2024.00000885-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 573/2024-PGJ, DE 9.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2024NE000527, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Thaís da Silva Rodrigues, Diretora da Secretaria de Obras e Engenharia (PGA nº 09.2024.00000955-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 574/2024-PGJ, DE 9.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2024NE000528, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnica – Gabriela Bernardes Lima, Chefe da Divisão de Manutenção Predial e Conservação do Patrimônio; 3.1) Suplente – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I (PGA nº 09.2024.00001091-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº e-179/2024/PGJ, DE 16.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Lais Massuda Albuquerque de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.9.2024 e de 13 a 22.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 22.4 a 1º.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-180/2024/PGJ, DE 16.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Marco Antonio Vieira de Oliveira, ocupante do cargo de Chefe de Setor, símbolo MPDS-106, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença casamento, no período de 12 a 19.1.2024, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº e-181/2024/PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Maria Alice da Silva Paiva Ramos, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 1º a 10.4.2024 e de 2 a 11.5.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 13 a 22.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº e-182/2024/PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 26.2 a 6.3.2024 e de 30.9 a 9.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.7.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº e-183/2024/PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1390/2023-PGJ, de 6.11.2023, que concedeu férias ao servidor Thiago de Souza da Silva, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 17 a 26.7.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 8 a 17.7.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-184/2024/PGJ, DE 16.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Keyla Pereira Yoshimura, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 27.4.2024 e de 3 a 12.6.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº e-185/2024/PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1171/2023-PGJ, de 17.10.2023, que concedeu férias à servidora Claudia Cintra Pereira Neves Regasso, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 8 a 17.4.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 20 a 29.5.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº e-186/2024/PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Huanderson Salomao de Oliveira Borges, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 14 a 23.8.2024 e de 5 a 14.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 3 a 12.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº e-187/2024/PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Jollivan Almeida Portela, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.4.2024 e de 15 a 24.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 18 a 27.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-188/2024/PGJ, DE 16.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Fabiola Marcia Shimabukuro Ninno, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 27.8 a 5.9.2024 e de 7 a 16.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº e-189/2024/PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Emervall Carmona Gomes, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 13 a 22.5.2024 e de 27.8 a 5.9.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 2 a 11.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº e-190/2024/PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Alex Yukio Toma, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 16.9 a 5.10.2024 e de 10 a 19.12.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº e-191/2024/PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Deborah Mota Duarte, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.4.2024 e de 9 a 18.9.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-192/2024/PGJ, DE 16.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Anderson Miranda, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 4 a 13.11.2024 e de 5 a 14.5.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.9 a 2.10.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018- PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº e-193/2024/PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Helio Ribeiro Pinto, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 22.4 a 1º.5.2024 e de 18 a 27.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 12 a 21.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº e-194/2024/PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Manoela Souza Schmitz Moreira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 4 a 13.3.2024 e de 7 a 16.4.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 20 a 29.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS****AVISO Nº 007/2024-GED****I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA o candidato de graduação em Direito** aprovado no no I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2023/CPS-IPSER-MPMS, de 27 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.006, de 30 de outubro de 2023, **já convocado no AVISO Nº 115/2023 – GED, e que já manifestou interesse no estágio e fez a opção de turno matutino**, dentro do prazo indicado, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

O candidato convocado deverá enviar **manifestação de interesse, desistência formal ou transposição para o final de fila da lista de aprovados**. Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, no Capítulo XI, “Da Convocação e Admissão”, item 4, o candidato regularmente convocado que **manifestar o interesse** no estágio deverá apresentar os documentos constantes no edital supracitado e no item 2 deste aviso (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**), **até o dia 23 de fevereiro de 2024**, através de e-mail a ser encaminhado para a GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – ged@mpms.mp.br. **O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO)**.

1.1 COMARCA DE DOURADOS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
GUSTAVO VINÍCIUS DA SILVA RAMOS	5	1*

*candidato negro

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível do RG e do CPF;
1 (uma) foto 3X4 (três por quatro), recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro (disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (Anexo VI);
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A.
É também obrigatória para a admissão dos candidatos de nível superior/graduação a apresentação de declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em que constem as seguintes informações: a) ano letivo, turno e semestre; b) o número de dependências de disciplinas (se houver); e c) data prevista para conclusão do curso.
HISTÓRICO ACADÊMICO

REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO: ged@mpms.mp.br. AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 /9 8478-1012(APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 16 de fevereiro de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Gestão de Estagiários de Direito

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO CONVÊNIO ENTRE MPMS E CENTRO EDUCACIONAL DE AMAMBAI LTDA**

Processo: 09.2023.00013224-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;2- **CENTRO EDUCACIONAL DE AMAMBAI LTDA (Colégio CELQ)** representado por **Eunice Bambil do Amaral Mayr**.

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008; Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) nº 42, de 16 de junho de 2009; nº 52, de 11 de maio de 2010; nº 62, de 31 de agosto de 2010; e Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e mediante as seguintes cláusulas e condições.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios não obrigatórios aos estudantes regularmente matriculados e com efetiva frequência no Ensino Médio oferecido pela Instituição de Ensino CENTRO EDUCACIONAL DE AMAMBAI LTDA, nas dependências do CONCEDENTE, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 15.02.2024 até 15.02.2029.

Data da assinatura: 15 de fevereiro de 2024.

EXTRATO DO CONVÊNIO ENTRE MPMS E ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PONTAPORANENSE-AESP.

Processo nº 09.2023.00013209-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;2- **ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PONTAPORANENSE-AESP (Faculdades Magsul)** representada por **Maria de Fátima Viegas Josgrilbert**.

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resolução nº 53/2022-PGJ, de 13 de dezembro de 2022; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; nº 246/2022 e Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para estudantes de cursos de nível superior/graduação e/ou superior/pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, e regular as condições do Programa de Residência para aqueles que estejam cursando programas de pós-graduação (MBA, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado) oferecidos pela ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PONTAPORANENSE-AESP, nas dependências do concedente, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 09.02.2024 até 09.02.2029.

Data da assinatura: 9 de fevereiro de 2024.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/PGJ/2024

Processo nº 09.2022.00006458-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;2- **LUPPA-ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**, representada por **Flávia Mesquita Gonçalves**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 23/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Prestação de serviços terceirizados, pela Contratada, com fornecimento de mão de obra residente de limpeza e asseio, conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra, para o desempenho das atividades de portaria, recepção, digitador, copeiragem, garçonagem, limpeza, asseio, ajudante de armazém, encarregado de equipe e supervisão não abrangidos pelo Plano de Cargos e Carreiras do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), incluindo uniformes, máquinas, equipamentos, utensílios e fornecimento de materiais de limpeza e de higiene, para atender às necessidades institucionais do MPMS, nos edifícios-sedes situados na capital e no interior do Estado.

Valor estimado mensal: R\$ 1.852.718,86 (um milhão oitocentos e cinquenta e dois mil setecentos e dezoito reais e oitenta e seis centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000450, de 31.01.2024.

Vigência: 01.03.2024 até 01.03.2029.

Data de assinatura: 12 de fevereiro de 2024.



EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA Nº 01/2023 ENTRE MPMS, SEJUSP, TCE/MS, CETRAN/MS, PMMS, DETRAN/MS, SED/MS, SPRF, AGEMS, AGESUL, DNIT, SEST/SENAT, CACS/FUNDEB/MS, UNDIME/MS E ASSOMASUL

Processo: 09.2023.00011990-6

Partes:

- 1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;
- 2 – **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Presidente Conselheiro, **Jerson Domingos**;
- 3 – **SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**, representado por seu Secretário de Estado, **Antônio Carlos Videira**;
- 4 – **CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO**, representado por sua Presidente, **Regina Maria Duarte**;
- 5 – **COMANDO-GERAL DA POLÍCIA MILITAR**, representado por seu Comandante-Geral, **Coronel PM Renato dos Anjos Garnes**;
- 6 – **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Diretor-Presidente, **Rudel Espíndola Trindade Júnior**;
- 7 – **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO** representada por seu Secretário de Estado, **Hélio Queiroz Daher**;
- 8 – **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**, representado pelo Superintendente do DPRF-MS, **João Paulo Pinheiro Bueno**;
- 9 – **AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS** representado por seu Diretor-Presidente, **Carlos Alberto de Assis**;
- 10 – **AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS** representado por seu Diretor-Presidente, **Mauro Azambuja Rondon Flores**;
- 11 – **DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES**, representado por seu Superintendente Regional, **Euro Nunes Varanis Júnior**;
- 12 – **SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE E DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE**, representados por seu Diretor, **Herivelto do Carmo Moisés**;
- 13 – **CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**, representada por sua Presidente, **Celina de Mello e Dantas Guimarães**;
- 14 – **UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE MS**, representada pelo seu Dirigente, **Guerino Perius**;
- 15 – **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO DO SUL**, representada por seu Presidente, **Valdir Couto de Souza Júnior**.

Amparo legal: Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e subsidiariamente pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Conjugação de esforços destinados a assegurar o transporte escolar dos alunos da rede de ensino público Estadual e Municipal, com qualidade e segurança, cumprir e fazer cumprir a legislação, uniformizar o acompanhamento e a operacionalização da fiscalização no sistema de Transporte de Escolares no Estado de Mato Grosso do Sul. Bem como, promover o compartilhamento de informações entre os órgãos participantes, pertinentes ao objeto deste termo de cooperação, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: Prazo indeterminado.

Data da assinatura: 31 de outubro de 2023.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****Nº MP 08.2021.00086638-0****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 19ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande/MS, nos termos do disposto no artigo 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica Sandro Oliveira de Souza quanto a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0016259-28.2021.8.12.0001, em que consta como vítima SANDRO OLIVEIRA DE SOUZA, conforme se transcreve: “Ante ao exposto, o Ministério Público Estadual requer o ARQUIVAMENTO do feito, tendo em vista a falta de justa causa para oferecimento da denúncia, pela inexistência de indícios suficientes de autoria”.

Campo Grande/MS, 15 de fevereiro de 2024.

LÍVIA CARLA GUADANHIM BARIANI
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0919975-67.2023.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) R.L.F.F² e vítima(s) A.A.L., conforme se transcreve: “Posto isso, com fulcro no artigo 107, inciso IV, do Código Penal, o Ministério Público Estadual requer seja declarada extinta a punibilidade do investigado, em virtude da prescrição, determinando-se o arquivamento do presente Inquérito Policial. Por derradeiro, com fulcro no artigo 107, inciso IV, do Código Penal, o Ministério Público Estadual, requer, ainda, seja declarada extinta a punibilidade do investigado quanto aos crimes de dano (artigo 163 do Código Penal), em virtude do decurso do prazo decadencial de 6 (seis) meses, sem oferecimento de queixa pela vítima, nos termos do artigo 38, do Código de Processo Penal.”

Campo Grande-MS, 16 de fevereiro de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

² Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0923889-42.2023.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) C.A.V.S⁴ e vítima(s) A.G.S, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da ausência de materialidade delitiva, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura da ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 16 de fevereiro de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁵, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900027-08.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) M.H.P.S⁶ e vítima(s) E.F.M.R, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 16 de fevereiro de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

Nº MP 08.2021.00024195-2

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 20ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Silas Borges Antonio Gomes a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0004323-06.2021.8.12.0001, em que consta como investigado Jonatan Wesley Borges da Silva, conforme se transcreve: “Logo, resta caracterizada a inviabilidade da persecução penal pela morte do agente, motivo pelo qual o Ministério Público Estadual promove o arquivamento dos presentes autos”.

Campo Grande, 15 de fevereiro de 2024.

DOUGLAS OLDEGARDO CAVALHEIRO DOS SANTOS
Promotor de Justiça

³ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁴ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

⁵ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁶ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

**EDITAL Nº 8/2024.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico, Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2024.00001564-0.

Compromitente: Ministério Público Estadual.

Compromissário: Miguel Augusto Buainain Soares Pereira.

Objeto: Fiscalizar o cumprimento das obrigações do TAC firmado no âmbito do Inquérito Civil n. 06.2022.0000819-6.

Campo Grande, 15 de Fevereiro de 2024.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC.

A 26ª Promotoria de Justiça de Campo Grande torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, firmada nos autos do Inquérito Civil n. 06.2022.0000819-6 e fiscalizado no Procedimento Administrativo n. 09.2024.00001564-0, em defesa do meio ambiente, na data de 10 de janeiro de 2024, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, n. 180, Chácara Cachoeira, nesta capital, também disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br>, tendo como compromissário Miguel Augusto Buainain Soares Pereira, proprietário da Fazenda Maracujá Gleba B – AREA 07.

Objeto do TAC: a) a partir da assinatura do presente acordo, a não suprimir, em qualquer extensão, vegetação nativa da Fazenda Maracujá – Gleba B, salvo se preencher os requisitos cumulativos do artigo 26 do Código Florestal, quais sejam, cadastro no CAR e prévia autorização do órgão estadual competente do SISNAMA; b) O compromissário, à título de indenização pela supressão irregular de 2,97 hectares de vegetação nativa, sem autorização ambiental, compromete-se a doar quantia de R\$3.000,00 (três mil reais) ao ICAS - Instituto de Conservação de Animais Silvestres, Banco Bradesco, Agência: 2202. CC: 6619-2, a fim de que seja destinado ao financiamento dos trabalhos desenvolvidos, parcelado em 05 vezes, devendo a primeira ser paga até o dia 10 de dezembro de 2023, e as demais respectivamente; c) O compromissário compromete-se a apresentar o crédito de reposição florestal de 67 m³ por hectare desmatado, conforme imposto na Notificação NT005285/2022, expedida pelo IMASUL, referente à supressão vegetal irregular de 2,97 hectares, na Fazenda Maracujá – Gleba B, em atenção aos artigos 26 e 33, §4º, do Código Florestal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado da assinatura deste Termo de

Ajustamento de Conduta ou compromete-se a apresentar Plano de Recuperação de Área Degradada e/ou Alterada – PRADA para a área de 2,97 hectares desmatada na Fazenda Maracujá – Gleba B, conforme Parecer n. 01/2022/Nugeo, expedido pelo NUGEO e ratificado pelo IMASUL (LC012459/2022). A cópia do protocolo e do PRADA devem ser apresentados perante a 26ª Promotoria de Justiça, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado da assinatura do presente termo. Caso o protocolo e sua apresentação perante o Ministério Público não seja realizado no prazo ora pactuado o TAC – Termo de Ajustamento de Conduta será executado. O compromissário, a partir da assinatura do presente termo, apresentará, perante esta Promotoria de Justiça, dois relatórios técnicos escritos, o primeiro em novembro de 2024 e o segundo em novembro de 2025, acompanhados de conjunto fotográfico atestando, expressamente, que atendeu a todas as medidas previstas no PRADA e seu cronograma. Mencionado relatório técnico será assinado pelo técnico contratado, conjuntamente com o compromissário, acompanhado da respectiva ART, podendo tal situação ser fiscalizada pela Promotoria de Justiça diretamente ou por meio de requisição a outro(s) órgão(ões), sendo que, caso seja considerada a inverdade do conteúdo do relatório, total ou parcialmente, além da incidência de multa prevista na cláusula oitava, haverá, também a responsabilização criminal por falsidade e representação ao órgão de classe respectivo, com execução do presente acordo, naquilo que restou descumprido.

Campo Grande, 15 de Fevereiro de 2024.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

**EDITAL N° 0001/2024/28PJ/CGR**

A 28ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição na Rua da Paz, nº 134, Centro, nesta Capital.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2024.00001494-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Unidade Educacional de Internação Masculina Dom Bosco

Assunto: Acompanhar a realização de inspeção na Unidade Educacional de Internação Masculina Dom Bosco, referente ao 1º semestre de 2024 (Março), nos termos da Resolução nº 67/2011 do CNMP.

Campo Grande/MS, 15 de fevereiro de 2024.

SIMONE ALMADA GÓES

Promotora de Justiça

EDITAL N° 0002/2024/28PJ/CGR

A 28ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição na Rua da Paz, nº 134, Centro, nesta Capital.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2024.00001553-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Unidade Educacional de Internação Provisória Masculina Novo Caminho

Assunto: Acompanhar a realização de inspeção na Unidade Educacional de Internação Provisória Masculina Novo Caminho, referente ao 1º semestre de 2024 (Março), nos termos da Resolução nº 67/2011 do CNMP.

Campo Grande/MS, 15 de fevereiro de 2024.

SIMONE ALMADA GÓES

Promotora de Justiça

EDITAL N° 0003/2024/28PJ/CGR

A 28ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição na Rua da Paz, nº 134, Centro, nesta Capital.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2024.00001570-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Unidade Educacional de Internação Feminina Estrela do Amanhã

Assunto: Acompanhar a realização de inspeção na Unidade Educacional de Internação Feminina Estrela do Amanhã, referente ao 1º semestre de 2024 (Março), nos termos da Resolução nº 67/2011 do CNMP.

Campo Grande/MS, 15 de fevereiro de 2024.

SIMONE ALMADA GÓES

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0004/2024/28PJ/CGR**

A 28ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição na Rua da Paz, nº 134, Centro, nesta Capital.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2024.00001571-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Unidade Educacional de Semiliberdade Tuiuiú

Assunto: Acompanhar a realização de inspeção na Unidade Educacional de Semiliberdade Tuiuiú, referente ao 1º semestre de 2024 (Março), nos termos da Resolução nº 67/2011 do CNMP.

Campo Grande/MS, 15 de fevereiro de 2024.

SIMONE ALMADA GÓES

Promotora de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

AMAMBAI

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A Promotoria do Juizado Especial Adjunto de Amambai nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁷, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Termo Circunstanciado nº 08.2021.00096991-9 (Autos nº 0000288-91.2021.8.12.0004), em que constam como investigada Renata Daysy da Silva⁸ e vítima Claudiane Sotoriva, conforme se transcreve:

"Dessa forma, o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva é medida que se impõe, pugnando o Ministério Público Estadual pela extinção da punibilidade de Renata Daysy da Silva, com fulcro no artigo 107, inciso IV, do Código Penal, arquivando-se os autos".

Finalidade:

A cientificar a investigada, Renata Daysy da Silva.

Amambai/MS, 15 de fevereiro de 2024.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A Promotoria do Juizado Especial Adjunto de Amambai nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Termo Circunstanciado nº 08.2024.00022256-7 (Autos nº 0000145-97.2024.8.12.0004), em que constam como investigada Janaina Ribeiro¹⁰ e vítima Isaías Sanches, conforme se transcreve:

"Assim sendo, ante o prazo decadencial decorrido e mediante ausência de representação da vítima, que é condição de procedibilidade da ação penal, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento dos autos, requerendo seja declarada extinta a punibilidade da investigada Janaína Ribeiro".

Finalidade:

A cientificação da vítima, Isaías Sanches.

A cientificação da investigada, Janaina Ribeiro.

Amambai/MS, 15 de fevereiro de 2024.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça

⁷ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁸ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais

⁹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

¹⁰ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹¹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0001710-33.2023.8.12.0004, em que constam como investigado(a/s) Paulo de Carvalho Costa e vítima (s) Atacadista Mega, conforme se transcreve:

"promove o ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial, por ser aplicável ao caso o princípio da insignificância, que exclui a tipicidade material ao fato. Assim não entendendo este Juízo, requer-se o cumprimento do disposto no artigo 28, § 1.º, do Estatuto Adjetivo, conforme interpretação atribuída pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADIs nºs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, em liame com o artigo 93, inciso IX, da Constituição da República."

Amambai (MS), 16 de fevereiro de 2024.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA
Promotora de Justiça

BELA VISTA

EDITAL Nº 0004/2024/PJ/BVT

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS.

IC - Inquérito Civil nº 06.2023.00001422-5

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fertiplantas Comércio de Produtos Agrícola Ltda - Epp

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 6,33 hectares, sendo 2,6293 hectares em área de Reserva Legal, 05400 hectares em Área de Preservação Permanente e 3,1607 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Paraíso, em Caracol/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 013001/2023 e Laudo de Constatação n. 01653".

Bela Vista/MS, 21/12/2023

ALEXANDRE ESTUQUI JÚNIOR
Promotor de Justiça em substituição legal

CHAPADÃO DO SUL

EDITAL Nº 0003/2024/2ªPJCS

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadão do Sul/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, n. 435, Parque União, CEP 79560-000, Chapadão do Sul/MS. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil nº 06.2023.00001404-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Carlos Fontes

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,31 hectares, resultante do uso de máquina retroescavadeira para a construção de um dreno (vala), em área de Reserva Legal declarada, no Lote 156 – CARMS nº 0081269, em Paraíso das Águas/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 014255/2023 e Laudo de Constatação nº 018003/2023.

Chapadão do Sul, 06 de fevereiro de 2024.

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA
Promotor de Justiça

¹¹ "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."



DOURADOS

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 15ª Promotoria de Justiça de Dourados da comarca de Dourados, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹², de 24 de novembro de 2023, comunica os familiares de Rogério Ferreira Barbosa, a decisão de arquivamento do inquérito policial nº 0008671-64.2021.8.12.0002 (SAJMP nº 08.2021.00173461-0), que consta como vítima Rogério Ferreira Barbosa, sem autoria determinada, conforme se transcreve: “Ante o exposto, face à ausência de indícios suficientes de autoria do crime, Ministério Público Estadual, por sua Promotora de Justiça subscrita, com as cautelas do art. 18 do Código de Processo Penal, promove o ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial”.

Dourados, 15 de fevereiro de 2024.

CLÁUDIA LOUREIRO OCÁRIZ ALMIRÃO
Promotora de Justiça

IGUATEMI

EDITAL Nº 0008/2024/PJ/IGU

A Promotoria de Justiça de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, centro, nesta cidade.

Inquérito Civil 06.2024.00000064-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Tacuru - MS

Objeto: Apurar a (im)possibilidade de livre nomeação ao cargo de Procurador-Geral Municipal no Município de Tacuru, bem como a (i)legalidade da contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria jurídica para prestação de serviços inerentes à Procuradoria Municipal

Iguatemi, 31 de janeiro de 2024

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES
Promotor de Justiça

PEDRO GOMES

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Pedro Gomes, nos termos do disposto no artigo 5º, §2º, da Resolução Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0000049-11.2023.8.12.0039, em que consta como investigado A apurar conforme se transcreve: "Entrementes, da análise acurada dos autos, infere-se que os elementos colhidos durante a investigação se revelam insuficientes para embasar eventual deflagração da *persecutio in judicio*, notadamente porquanto não identificada a autoria delitiva. (...) Ante o exposto, à luz dos argumentos esposados alhures, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul decide pelo ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial".

Pedro Gomes/MS, 08 de fevereiro de 2024.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI
Promotor de Justiça em Substituição Legal

¹² “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



PONTA PORÃ

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial nº 0003657-19.2019.8.12.0019/ 08.2019.00111375-1, em que consta como investigada Suzeti Aparecida Carvalho de Souza, conforme se transcreve: “Ex positis, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento dos presentes autos nos termos dos artigos 18 e 28 do CPP, uma vez que não há qualquer elemento que indique o suposto autor e a materialidade mínima do delito do Art. 7, inciso IX da Lei nº 8.137/90”.

Ponta Porã, 08 de fevereiro de 2024.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça em coadjuvação

RIBAS DO RIO PARDO

EDITAL Nº 0001/2024/01PJ/RRP

A 1ª Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Procedimento Preparatório nº 06.2024.00000092-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: João Alfredo Danieze, Projevia Engenharia LTDA

Assunto: apurar eventual ocorrência de ilegalidades na contratação e execução do serviço público de tapa buracos pela empresa Projevia Engenha LTDA, em razão do contrato nº. 15/2023, celebrado com o Município de Ribas do Rio Pardo, mediante dispensa de licitação..

Ribas do Rio Pardo, 16 de fevereiro de 2024.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0002/2024/01PJ/RRP

A 1ª Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Procedimento Preparatório nº 06.2024.00000093-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: João Alfredo Danieze, ENGEVIL ENGENHARIA LTDA

Assunto: apurar possível frustração da imparcialidade decorrente da inabilitação de empresas participantes na Concorrência nº. 001/2023 - Processo Administrativo 060/2023, por suposta inserção de cláusulas restritivas no instrumento convocatório..

Ribas do Rio Pardo, 16 de fevereiro de 2024.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça